



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 017

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

017ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Mensagens	03
Ofícios.....	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei	12
Horário do Pequeno Expediente	14
Dep. Barbosa Neto	15
Dep. José Domingos Scarpellini	16
Dep. Elza Correia.....	16
Dep. Nereu Moura	17
Dep. Luiz Nishimori	17
Dep. Elio Rusch	18
Horário do Grande Expediente.....	19
Dep. Rafael Greca.....	19
Horário das Lideranças	21
Liderança do PMDB: Dep.	
Artagão Júnior.....	21
Liderança da Oposição: Dep.	
Valdir Rossoni.....	23
Liderança do Governo: Dep.	
Dobrandino da Silva	24
Ordem do Dia	25
Leitura do Expediente	25
Discussão/Votação	25
2ª Discussão (Em votação).....	25
Redação Final.....	26
2ª Discussão	26
1ª Discussão	27
Requerimentos	27
Ordem do dia da próxima Sessão	28
Publicações.....	28
Atas de Comissões	28
Comissão de Finanças	28
Comissão do MERCOSUL	29
Comissão de Agricultura,	
Indústria e Comércio	30

Comissão de Constituição e	
Justiça	30
Comissão de Redação	32

017ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2005

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Duílio Genari, Hermes Fonseca e Ratinho Júnior (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 009/2005

Curitiba, 16 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao Município de Santo Inácio, do imóvel de propriedade do Estado, constituído pela data nº 12, quadra 17, com área total de 1.000,00 m2 (mil metros quadrados), contendo edificação com 165,32 m2 (cento e sessenta e cinco vírgula trinta e dois metros quadrados), situado na Avenida Raposo Tavares, s/nº, daquela cidade, matriculado sob nº 5400 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado.

O plano de lei ora proposto atende aos superiores interesses do Estado, tendo em vista que o imóvel objeto da pretendida cessão de uso, não vem sendo e nem apresenta perspectivas de, em futuro próximo, vir a ser utilizado por repartições estaduais e, considerando que o Município de Santo Inácio, conforme esclarece o Sr. Prefeito, pretende utilizá-lo para uso da administração municipal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Santo Inácio, do imóvel constituído pela data nº 12, quadra 17, com total de 1000,00 m2, contendo área edificada de 165,32 m2, na Avenida Raposo Tavares, s/n, matriculado sob nº 5400 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado.

Art. 2º - A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, devendo o imóvel cedido ser usado para sediar repartições municipais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 010/2005

Curitiba, 16 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, por intermédio de V. Exa., o incluso anteprojeto de lei complementar que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF”.

A proposição ora formulada, que consulta aos superiores interesses da Administração, foi-me encaminhada através de expediente protocolado sob nº 8.386.723-0/04, onde consta a adiante transcrita exposição de motivos da lavra da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos adoto como justificativa da pretendida medida legal.

“O presente anteprojeto de lei complementar visa a inclusão de Procurador do Estado na Representação da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais e dá outras providências. A participação de Procurador do Estado no Conselho somente será positiva, no sentido de que este poderá trazer experiências de suas atribuições no âmbito judicial, enriquecendo a participação da Representação, em função da competência e brilho dos nobres Procuradores do Estado, cuja função tem sido acompanhada com interesse pela administração fazendária.

Tal experiência tem sido bem sucedida em outros Estados, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amazonas.

Por outro lado, considerando-se que há uma década não há reajuste no valor das gratificações pela participação no Conselho, este agora se mostra mais que necessário, tendo em vista que o irrisório valor atual das gratificações tem prejudicado, principalmente, os Vogais representantes do setor privado, que além da elevada carga de trabalho para estudo e pronunciamento nos processos, têm que se deslocar de seus escritórios e de suas ocupações habituais para atendimento às sessões de julgamento do CCRF, em detrimento de suas atividades profissionais”.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 18, de 29 de dezembro de 1983, nº 36, de 30 de março de 1987, nº 45, de 24 de maio de 1989 e nº 78, de 28 de junho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O título do Capítulo III passará a denominar-se “Da Representação da Fazenda Pública Estadual”.

Alteração 2ª - A letra “b” do artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º ...

a) ...

b) representação da Fazenda Pública Estadual;”

Alteração 3ª - O artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º Junto ao CCRF oficiam oito representantes da Fazenda Pública Estadual, sendo sete servidores da Secretaria da Fazenda e um Procurador do Estado, indicado pelo Procurador Geral do Estado, todos designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

§ 1º A designação dos servidores da Secretaria da Fazenda recairá naqueles de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais, enquanto servirem no CCRF, poderão ser dispensados de suas funções ordinárias.

§ 2º A designação do Procurador do Estado será privativa daqueles lotados na Procuradoria Fiscal, que servirão no CCRF sem prejuízo de suas funções ordinárias.”

Alteração 4ª - O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10 - Os representantes da Fazenda Pública Estadual, terão assento junto ao Plenário, sem direito a voto.

§ 1º Os representantes da Fazenda Pública Estadual terão direito à vantagem de que trata o *caput* do artigo 5º, sem prejuízo do disposto nos seus parágrafos 1º e 2º.

§ 2º As questões administrativas de interesse dos representantes da Fazenda Pública Estadual serão decididas ou encaminhadas, conforme o caso, ao Governador, pelo Secretário da Fazenda ou pelo Procurador Geral do Estado.”

Alteração 5ª - O *caput* do artigo 11 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11. Aos representantes da Fazenda Pública Estadual compete fundamentalmente:”

Alteração 6ª - O artigo 13 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13. Os recursos serão recebidos e protocolizados na Secretaria do CCRF, sendo distribuídos à Representação da Fazenda Pública Estadual no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento.

§ 1º O representante da Fazenda Pública Estadual terá o prazo de 15 (quinze) dias para estudo dos processos que lhe forem distribuídos, devendo, nesse prazo, devolvê-los à Secretaria, com parecer ou pedido de diligência, dirigido ao Presidente do CCRF.

§ 2º No retorno dos processos em diligência a Secretaria abrirá nova vista ao representante da Fazenda Pública Estadual pelo prazo de 8 (oito) dias.”

Alteração 7ª - O artigo 14 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14. Com o parecer do representante da Fazenda Pública Estadual, o processo será distribuído a um relator, que dele terá vista pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo, nesse prazo, solicitar ao Presidente diligência externa.”

Alteração 8ª - O artigo 18 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18 - É facultado aos Vogais e aos representantes da Fazenda Pública Estadual pedir vista do processo durante o julgamento, pelo prazo de 5 (cinco) dias.”

Alteração 9ª - O artigo 25 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25. O recurso à última instância, de decisões não unânimes e contrárias à Fazenda Pública Estadual, caberá ao representante da Fazenda Pública Estadual, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.”

Art. 2º O *caput* do artigo 5º e seu parágrafo 4º passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Os membros do Corpo Deliberativo terão assegurados todos os direitos e vantagens dos cargos que ocupam e relativos à função pública, sendo o caso, como se no seu efetivo exercício estivessem, e, a título de encargo adicional, perceberão uma gratificação de até R\$200,00 (duzentos reais) por sessão, até o máximo de 20 sessões.”

...

§ 4º O Presidente do Conselho perceberá, ainda, a título de representação, uma gratificação de R\$600,00 (seiscentos reais).”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 037/05, do Sr. Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei nº:

705/2001: de autoria do Deputado Orlando Pesutti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Waldemar Niclevicz, o qual foi convertido em Lei nº 14.676. **Anote-se - Arquivo-se.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 28 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Ao cumprimentar V. Exa., peço que registre o teor deste ofício, para sua informação e da prestigiosa instituição que dirige.

A coluna “Nostalgia”, na Gazeta do Povo de domingo, 20 de março, assinada pelo apressado marchand de fotografias antigas Cid Destefani, atribui a este

Deputado, enquanto Presidente da Comissão dos 150 Anos do Paraná, “erros” (sic) que não cometi.

Não aceito a desqualificação de “Páginas Escolhidas”, esforço conjunto, notável e inédito da Assembléia Legislativa do Paraná com a Academia Paranaense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - ainda com o apoio da Imprensa Oficial e da Posigraf. Assim, informo a V. Exa., o inteiro teor da nossa resposta, publicada pela mesma Gazeta do Povo, a 25 de março passado.

“Curitiba, 22 de março de 2005.

Sr. Editor da Gazeta do Povo:

A coluna “Nostalgia” de domingo último investe contra a coleção “Páginas Escolhidas”, com 5 volumes, 1255 páginas, 111 textos de diferentes 111 autores e quase 1000 imagens, desenhos e fotografias antigas sobre nossa história, cuja edição viabilizei por ocasião dos 150 anos do nosso Paraná, em 2003.

Naquela edição nada foi comprado pelos cofres públicos. A Gazeta do Povo e a RPC, inclusive, colaboraram com seu elevado patrocínio. Apressado em atribuir-me erros que jamais cometi, o colunista de “Nostalgia” feriu paranaenses ilustres, muitos já falecidos.

Ignorou que as cerca de 15 informações históricas que aponta como equivocadas, não são de minha autoria, mas de 111 autores da coletânea de 111 textos históricos, selecionada por comissão da Academia Paranaense de Letras, com aval do Instituto Histórico.

Por exemplo, os possíveis “erros” sobre a chegada do Conselheiro Zacarias e o chafariz da praça que leva seu nome, são afirmações do autor parnanguara Nascimento Júnior, já falecido, extraídas de seu livro “Histórias, Crônicas e Lendas de Paranaguá”.

Dos “erros” atribuídos a créditos de três das fotografias publicadas, dois são da obra da professora Elizabeth Seraphim Prosser, “Cem Anos de Sociedade, Arte e Educação em Curitiba”, e um é crédito da coleção de imagens digitalizadas Gastão Faria de Freitas.

Há erro de revisão da identificação da imagem do rio Belém, no Passeio Público, lamentável porque em fotograma do acervo de meu avô, que doe à Casa da Memória de Curitiba, quando tive a felicidade de fundá-la, nos anos 80.

Mas, só pode ser criticado quem faz. Já esperava as contribuições críticas locais, por elas agradeço ao marchand de imagens fotográficas Destefani. Da mesma forma, sou imensamente grato aos preciosos colaboradores, acadêmicos Edilberto Trevisan, Ruy Cavalin Pinto e Wilson Bóia, pelo exaustivo, notável e voluntário trabalho de pesquisas dos 111 textos que formam a coleção “Páginas Escolhidas”.

Foi trabalho de amor ao Paraná e à nossa gente. A alegria de realizar não tem preço. A crítica é que tem sempre um sabor amargo. Mas há que aceitá-la e compreendê-la. Porque é bom fazer. E porque o que não se faz, não existe. E o que não se compartilha, se perde.

Deputado Rafael Greca de Macedo

Presidente da Comissão dos 150 anos do Paraná”

Dentro das possibilidades, agradeço a publicação desta carta, em boletim da instituição.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 209/2004, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas, por 10 (dez) Sessões, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede que sejam reservados, Pequeno e Grande Expedientes, da Sessão do dia 10 de maio próximo para a Sessão Comemorativa de Instalação do Instituto Cervantes no Paraná, e dos 400 anos da primeira publicação (em 1605) do livro “Dom Quixote de La Mancha”, por Miguel de Cervantes, considerada entre as maiores obras da literatura universal.

Evento a ser promovido em conjunto com o Instituto Cervantes, a Embaixada da Espanha, a Academia Paranaense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Coincidem, no Paraná a criação e instalação do Instituto Cervantes, prestigiosa instituição cultural voltada para a difusão do espanhol, com os 400 anos da publicação de “Don Quijote de La Mancha”, a maior expressão da literatura ocidental.

Nos parlamentos do mundo todo, especialmente na América Latina, e na Península Ibérica, o fato está sendo lembrado. As maiores figuras da cultura referem-se respeitosamente a Cervantes e sua obra. Mário Vargas Llosa, premiadíssimo escritor do nosso continente, escreveu que o “Don Quijote é uma novela para o século XXI, novela de homens livres, capaz de retratar em toda sua contraditória e fascinante verdade a condição humana.

Realçar a abertura cultural do nosso Estado para o idioma espanhol é reconhecer a importância estratégica de deixarmos de ficar de costas para os nossos vizinhos hispânicos, e passarmos a buscar a integração cultural do continente - e nossa expansão de mercados, seja na Espanha, seja em Portugal.

A existência do Instituto Cervantes, em Curitiba, trará ao nosso Estado, em um ano, a visita do Príncipe das Astúrias, herdeiro do trono da Espanha - como já aconteceu em São Paulo - materializando oportunidade rara de intercâmbio cultural e de negócios.

Realçar política e culturalmente esta parceria é dever deste Poder Legislativo, na visão ampla, e de futuro, de uma integração latina e européia.

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja arquivado o Projeto de Lei nº 219/2004, de sua autoria.

Tal projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, uma vez que o objeto do mesmo - que é a doação de um imóvel urbano do Estado - já fora doado ao Município de Alto Paraná, através da Lei Estadual nº 13.767, DO nº 6313 de 11/09/2002.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 116/05, que declara de Utilidade Pública o Centro Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira. Informamos a existência de uma proposição de matéria idêntica à Lei nº 13.682.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 21/05 e 123/05, que dispõem sobre a cobrança da taxa de estacionamento cobrada por shoppings centers e hipermercados.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e da Defesa do Consumidor, REQUER autorização para que a Comissão possa realizar audiência pública da Comissão

de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, no período de 31 de março, 1º de abril e 2 de abril do corrente ano, na Cidade de Guaíra.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 25 de março, do Dr. Rogério Zara Amaral, querido funcionário da Assembléia Legislativa do Estado, que desempenhou com muita competência e dedicação importantes funções desta Casa de Leis.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Alexandre Curi.

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ilevino Ignacio de Assis, morador do Município de Ibiporã, ocorrido no dia 10/03/2005.

Solicito comunicar à família no endereço: Rua Clotário Portugal, 174 - Ibiporã - CEP 86200-000.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada do Município de Ibiporã.

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Rogério Zara Amaral, no último dia 25/03/2005, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 64 anos de idade, faleceu no último dia 25 de março, o funcionário deste Poder Rogério Zara Amaral. Era professor, advogado, foi Chefe de Gabinete da Presidência desta Casa na gestão do saudoso Deputado Anibal Khury.

Deixou viúva a Sra. Marilena Amaral, uma filha e netos. O passamento de Rogério Amaral veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar. Rogério, foi profissional cumpridor de seus deveres muito competente. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que, nossos amigos familiares de Rogério, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Zara do Amaral, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Desembargador Celso Rótolo de Macedo, pela brilhante aula inaugural do Curso de Direito de Paranaguá, realizada no último dia 11 de março. Solenidade que teve o comparecimento das principais classes representativas da sociedade litorânea.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao Desembargador Celso Rótolo de Macedo.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Professor Dr. Osman de Oliveira, que foi eleito Diretor do Curso de Direito de Paranaguá e entregou oficialmente, no último dia 11 de março, à sociedade paranaense o referido curso que será um marco de desenvolvimento para o nosso Estado.

Requeremos também que a decisão do presente seja comunicada ao Professor Dr. Osman de Oliveira.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respei-

tosamente REQUERER votos de congratulações ao Sr. Amauri Johnson, Prefeito eleito do Município de Rio Branco do Sul.

Destarte, solicitamos a especial gentileza em notificar o Exmo. Sr. à Rua Generoso Marques, 222 - Rio Branco do Sul / PR - CEP 83540-000.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Reserva, pelos seus 84 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de março de 2005.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Frederico Bittencourt Hormung, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Aleixo Lopata, bem como a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Reserva.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Reserva, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente a população grandiosa de Reserva na data magna da comemoração dos seus 84 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração Municipal puderem e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um Município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Reserva, no transcurso de seus 84 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Meton Araújo de Souza.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Medeiros de Souto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Edilson Elias.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

O Deputado José Domingos Scarpellini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, usando das atribuições que lhe são conferidas, vem REQUERER de V. Exa. que, ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de louvor para o Diretor da Faculdade FACNOPAR de Apucarana, Professor Edson Carlos Pereira e a Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica da FACNOPAR, Dra. Márcia Nitz, pela iniciativa de criar um corpo de estagiários com alunos daquela escola, para prestar relevantes serviços à comunidade prisional do minipresídio de Apucarana.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a rebelião de presos ocorrida naquele minipresídio de Apucarana, quando os presos amotinados, exigiram seus direitos mais elementares, como diminuição da super lotação, revisão de processo, retorno da visitação pública aos domingos, condições dignas de higiene e alimentação e fim da tortura, espan-

camento e maus tratos, entre outras. Esta Comissão, instalou-se naquela Unidade Prisional por dois dias (19 e 20/03), quando constatou diversas irregularidades com relação aos Direitos Humanos e de suas penas.

Daí que a iniciativa do professor Edson Carlos Pereira, Diretor da referida faculdade e de sua coordenadora Dr. Márcia Nitz, vem trazer um alento no sentido de levar para os presos a esperança com a revisão de seus processos e ajustes de suas penas.

Merece pois, um voto de louvor desta Casa, para que possamos incentivar o surgimento de iniciativas como esta que poderia minorar em muito a grave situação dos presídios em todo o Paraná, e contribuir de forma decisiva para o desafogamento dos processos junto ao Poder Judiciário.

Eram essas as nossas considerações.

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao jornal Gazeta do Povo, na pessoa do seu Diretor - Presidente, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pela campanha deflagrada, neste último domingo, dia 27, visando a conscientização das autoridades estaduais e federais sobre a necessidade de melhorar e duplicar o trecho da BR-116 que vai de Curitiba, imediações do CEASA, até o distrito de Areia Branca dos Assis, Mandirituba.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Durante os últimos anos, este Deputado tem protocolado expediente no Ministério dos Transportes, além de formular proposições buscando uma solução para a duplicação da BR-116, em especial no trecho que vai do CEASA, em Curitiba, ao Município de Mandirituba, na altura do Distrito de Areia Branca dos Assis.

Trata-se uma iniciativa urgente que, agora encampada pelo jornal Gazeta do Povo, com o incentivo deste grande paranaense que é o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, com certeza teremos sucesso nesta campanha, que é uma legítima reivindicação do povo da Fazenda Rio Grande e toda região, além de caminhoneiros e produtores rurais daquelas localidades.

Como se pode notar, a Fazenda Rio Grande é o único Município da Região Metropolitana que não conta com sua rodovia duplicada.

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Centro de Integração do Idoso

São Vicente de Paulo, pelo excelente trabalho desenvolvido com senhoras da terceira idade.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Mário Denardin, pela passagem de seu aniversário de 90 anos, trabalho, dedicação e exemplo de vida.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Açougue Santo Garcia, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando dos mesmos a criação dos cursos de Técnico em Agropecuária e Formação de Docentes na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Alberto Santos Dumont, no Município de Campina da Lagoa.

O Município conta com pessoas habilitadas para atuar como docentes nas disciplinas da parte diversificada, já que a municipalidade tem atividades eminentemente agropecuárias, dando suporte para que os alunos possam desenvolver práticas.

O Colégio Estadual Alberto Santos Dumont possui laboratório de química, ciências, física e biologia. Há também equipamentos para atender às necessidades básicas de instalação dos referidos cursos.

Setenta por cento dos alunos da rede pública são oriundos da zona rural, reforçando ainda mais a demanda dos cursos.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 503

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como aos Presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Severino Cavalcanti, solicitando dos mesmos providências no sentido de não aprovar a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional inserido na Reforma Tributária.

A criação do Fundo de Desenvolvimento Regional prejudicará a maioria dos municípios brasileiros, principalmente os Municípios da Região Sul. O Estado do Paraná vai perder recursos no valor de R\$ 60.975 milhões de reais, o Estado de Santa Catarina, R\$ 35.350 e Estado do Rio Grande do Sul R\$ 61.225.

Pela Proposta do Governo Federal, o fundo de R\$ 1,9 bilhão será destinado apenas à Região Nordeste, mas composto através de recursos que serão retirados dos Municípios e Estados. A estimativa é que o Paraná deixe de receber R\$ 60 milhões por ano.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de Sertaneja.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sertaneja está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de São João do Triunfo está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Negro está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de Nossa Senhora das Graças.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nossa Senhora das Graças está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de Assaí.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Assaí está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de

locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de Califórnia.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Califórnia está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual da Saúde a doar uma ambulância ao Município de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Fátima está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual da Saúde para doar uma ambulância ao Município.

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine ao Diretor do DETRAN, Marcelo Almeida a construção de um prédio em Fazenda Rio Grande, com recursos próprios do órgão, para instalação da

CIRETRAN e dar início ao seu respectivo funcionamento.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado, sendo o mais votado no Município de Fazenda Rio Grande e Mandirituba, além de obter significativa votação nas demais cidades da região, tem recebido diversas reivindicações daquelas comunidades no sentido de viabilizar a instalação e o funcionamento da CIRETRAN em Fazenda Rio Grande.

Como se sabe, o Município de Fazenda Rio Grande está entre as Unidades Federativas do Brasil que registrou o maior crescimento demográfico nos últimos anos, alcançando o número de 95 mil habitantes, sendo que a frota de veículos também aumentou extraordinariamente, acompanhando este aumento.

Portanto, para facilitar a vida dos moradores do Município e da região, que aliás, já contam com a Comarca em pleno funcionamento e agora aguardam ansiosamente a implantação e o funcionamento da CIRETRAN na cidade.

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Pirai e também um abaixo-assinado coletado pelo Rotary Club, Conselho Municipal de Meio Ambiente, jornal Gazeta de Pirahy, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja viabilizado um veículo para atendimento ao Município de Pirai do Sul, nos casos de incêndio.

Tal solicitação, prende-se ao fato que nos últimos anos houveram vários casos com vítimas fatais, saliento ainda que o Município de Pirai do Sul tem aproximadamente 25.000 habitantes e não possui destacamento de Corpo de Bombeiros e nem tampouco equipamentos adequados ao combate de incêndios.

Requer ainda que seja dado ciência à Câmara Municipal de Pirai do Sul, ao Vereador Dalney José Maciel Bueno, ao Rotary Club de Pirai do Sul, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e ao jornal Gazeta de Pirahy.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado para que determine ao Secretário de Segurança Pública e ao Comandante de Policiamento da Capital as necessárias providências de policiamento quanto ao padecimento, por insegurança, da

população da Vila Osternack, no ponto final da linha de ônibus Ligeirinho-Bairro Novo, implantada por este Deputado quando Prefeito de Curitiba, em 1995.

Envie-se este expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Beto Richa, para que impeça a URBS de consumir a anunciada retirada da estação-tubo daquele ponto final - de linha Ligeirinho-Bairro Novo -, e determine à Guarda Municipal a necessária integração com a Polícia Militar Estadual para a solução do problema sem causar padecimento à população.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 18 de março houve expressiva manifestação popular pedindo segurança e contra a retirada da estação-tubo da Vila Osternack, no ponto Ligeirinho-Bairro Novo.

Há alguns dias a URBS fez espalhar entre a população usuária da linha Ligeirinho-Bairro Novo a informação de que mandaria tirar a estação-tubo do ponto final, como represália pelos constantes assaltos ali verificados, e pelas invasões de catraca que ali se têm repetido.

Não se pode punir com a ameaça de chuva, e cancelamento de um bem público inestimável como é a estação-tubo toda uma população de um bairro inteiro, porque não se dá combate a alguns malfetores e arrua-ceiros. O direito constitucional de ir e vir em igualdade com os demais paranaenses, e o conforto do benefício já instalado, pedem a presença da PM e da Guarda Municipal na estação-tubo, e não a sua retirada da Vila Osternack, em Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, no sentido de esclarecer as seguintes questões:

1. Quais as empresas enquadradas e beneficiadas no Programa "Bom Emprego" desde o ano de 2.000 até a presente data?

2. Quais as empresas enquadradas e beneficiadas no Programa "Paraná Mais Emprego" - Apoio ao Investimento Produtivo, desde o ano de 2.000 até a presente data?

3. Quais as empresas enquadradas e beneficiadas no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR, desde o ano de 2.000 até a presente data?.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de pedido de informações ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Dr. Cláudio Murilo Xavier, objetivando saber o seguinte:

1) Quais providências foram tomadas para evitar que o surto da Doença de Chagas chegue ou se propague no território paranaense, em decorrência do consumo de caldo de cana contaminado? Está havendo algum tipo de fiscalização nos canaviais do Estado, no locais de armazenamento da cana-de-açúcar, nas nossas fronteiras e nos pontos de ambulantes de venda espalhados pelas nossas cidades e estradas? E no tocante ao mosquito transmissor? Onde estão localizados e como combatê-los?

2) Como os vendedores de caldo de cana devem proceder para atender os interesses dos consumidores, de forma a oferecer-lhes um produto saudável e livre de contaminação, e ao mesmo tempo amenizar seus prejuízos decorrentes da crise instalada? Já foi deflagrado um trabalho preventivo neste sentido?

3) De que forma os consumidores devem proceder, a fim de garantir sua integridade, sem privar-se do consumo?

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Os brasileiros, em especial os do Sul do País, foram recentemente surpreendidos por notícias divulgadas pela mídia nacional. Ocorre que diversas pessoas contraíram a Doença de Chagas em razão da ingestão de caldo de cana no litoral norte de Santa Catarina, nos meses de fevereiro e março deste ano.

Por ser inusitado, o fato alertou o País inteiro, em especial aos paranaenses. Temos uma fronteira bastante movimentada com o Estado vizinho e é bastante comum a presença de paranaenses na região afetada.

Além disso, a crise deflagrada traz implicações graves para os vendedores de caldo de cana. Um grande número de famílias tem seu sustento retirado justamente da comercialização deste produto. A queda acentuada das vendas nos últimos dias já anuncia a existência de uma crise no setor. Neste sentido, é preciso que o Governo do Estado tome providências para diferenciar os maus comerciantes daqueles que são responsáveis e cientes da qualidade do produto que oferecem ao consumidor. Não é possível que a maioria seja punida, em razão de alguns casos isolados ou da existência de maus comerciantes, que não zelam pela qualidade do produto que disponibilizam para o consumidor final.

Assim sendo, nada mais justo do que manter os paranaenses informados das providências que já foram tomadas e das que estão por vir, inclusive no sentido de deflagrar um trabalho preventivo, não só voltado para o consumidor, mas também destinado a garantir o mercado dos vendedores ambulantes de caldo de cana.

REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à SUCAN, ANVISA e Secretaria Estadual da Saúde pedido de providências no sentido de promover a inspeção de campos de plantio de cana-de-açúcar e fiscalização do comércio de caldo de cana em Curitiba e no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A fiscalização do comércio de caldo de cana, principalmente na cidade de Curitiba se deve a cuidados preventivos contra a possível utilização de produtos oriundos do Estado vizinho de Santa Catarina, onde foi detectada a presença do Bicho Barbeiro, com o conseqüente acometimento na população do Mal de Chagas. Em nossa capital, a comercialização deste tipo de produto é oriunda daquele Estado.

Quanto à inspeção dos campos de produção de cana-de-açúcar, o motivo é o mesmo, a prevenção para a presença ou não do Bicho Barbeiro, em conseqüência da proximidade dos Estados. É sabido que o Paraná está entre os maiores produtores de cana-de-açúcar do País, e conseqüentemente, afeto ao risco eminente de contaminação.

Face o exposto, peço aos Deputados e Deputadas a aprovação deste e o encaminhamento pela Mesa Diretora, desta proposta aos órgãos supra citados para as devidas providências.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 127/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica vedada a nomeação, para cargos em comissão, do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa; de Conselheiros do Tribunal de Contas, no Tribunal de Contas; do Governador e dos Secretários de Estado, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O nepotismo sempre se constituiu em uma prática condenável e vem merecendo da sociedade brasileira, nos últimos tempos, implacável combate no sentido de erra-

dicá-la de nosso meio, a bem do interesse público na administração do Estado.

A cada dia se avolumam as denúncias de nomeações de parentes para ocupar cargos públicos.

Em todos os Poderes, a nomeação de parentes parece ser uma prática aceitável, e progressivamente quer incorporar-se à cultura política da sociedade.

Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, quais sejam, a moralidade, a impessoalidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência não são respeitados quando se nomeia alguém da família apenas para fortalecer o orçamento familiar e o patrimônio próprio.

O Legislativo Estadual do Paraná pode dar um exemplo para o Brasil inteiro de combate aos desvios na Administração Pública.

É preciso que seja tratado como público aquilo que público é pela sua natureza.

O princípio da supremacia do interesse público deve prevalecer sobre os interesses individuais.

PROJETO DE LEI Nº 128/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planaltina do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Planaltina do Paraná, sediada naquele Município, é de fundamental importância ao ensino para pessoas especiais em Planaltina do Paraná.

Com empenho e perseverança, a APAE de Planaltina tem desenvolvido um importante trabalho social em sua região, agindo como instrumento de inclusão social aos portadores de necessidades especiais.

Com base no exposto, este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 129/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planaltina do Paraná.

Art. 2º A desconformidade referida no artigo 1º será apurada na forma estabelecida pela Secretaria da

Fazenda deste Estado, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo Único. Caberá recurso da decisão do auto de infração no prazo de dez dias contados a partir do recebimento do mesmo.

Art. 3º Das Penalidades:

§ 1º Para a primeira infração fica estipulada multa de 1.000 (um mil) vezes o valor da mercadoria encontrada em desconformidade com o que estipula o artigo 1º da presente lei.

§ 2º A reincidência implicará em multa proporcional a 5.000 (cinco mil) vezes a estabelecida no parágrafo anterior.

§ 3º A terceira infração ocasionará a cassação da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, mais multa de 7.500 (sete mil e quinhentas) vezes o valor da mercadoria encontrada em desconformidade com o estipulado no artigo 1º desta lei.

Art. 4º A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 5º Cabe ao Instituto de Pesos e Medidas do Paraná - IPEM e ao Instituto de Criminalística deste Estado, realizar o laudo técnico que comprove a falsidade do produto ou mercadoria nos casos de falsificação.

Art. 6º Nos casos de importação ilegal, bastará a inexistência de documentos que comprovem a origem da mercadoria.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O fruto da venda de produtos ditos piratas, ou ainda fruto de contrabando tem trazido uma série de prejuízos à sociedade paranaense, seja pela não abertura de vagas de trabalho oficiais, já que não se aumenta as vendas de produtos legalizados, seja pela capitalização do crime organizado, seja pela não arrecadação de tributos estaduais e federais.

Vejamos, por exemplo, a indústria fonográfica que deixa de vender CD's e DVD's não só perdendo os direitos autorais dos autores, mas enfraquecendo todo o comércio varejista que fica esvaziado, não gerando

empregos nem recolhendo impostos. Os dados apontam para 2 CD's piratas para cada CD prensado oficialmente.

O mesmo ocorre com outros produtos, eletro-eletrônicos, bebidas alcoólicas e roupas. Não geram empregos no Brasil e não geram impostos desde sua produção (empregos industriais) até sua comercialização final (empregos no comércio), passando pelos atacadistas e distribuidores. Toda a cadeia produtiva acaba sofrendo o impacto da pirataria e do contrabando.

A situação do cigarro é ainda pior. Os altos impostos cobrados no cigarro têm várias funções, entre elas o desestímulo ao seu consumo, até o custeio das despesas no tratamento médico dos dependentes químicos do cigarro. Assim quando se consome o produto pirata e contrabandeado, o Estado deixa de recolher esses valores. Além da questão dos impostos temos, também, toda a cadeia produtiva afetada. Desde o produtor rural até o mercado de varejo.

Um estudo da ETCO apresenta perda de arrecadação com os cigarros ilegais na casa de setenta milhões de reais, entre o repasse do IPI e do ICMS só no ano de 2003. O Brasil tem um mercado de 91 bilhões de cigarros anuais, e o mercado ilegal no Brasil movimenta outros quarenta bilhões de cigarros, quase cinquenta por cento de toda a produção nacional, só no Paraná 33% do mercado do cigarro é ilegal. Estudos sobre a composição dos cigarros contrabandeados e piratas demonstraram grave perigo à saúde dos brasileiros e paranaenses. Por exemplo em 43% das marcas analisadas possuem agrotóxicos proibidos no Brasil, 47% apresenta impurezas como insetos, barbantes, capim, etc. E o pior índice é que das trinta marcas analisadas apenas duas continham índices de alcatrão e nicotina dentro do limite máximo permitido pelo Ministério da Saúde; todas as demais extrapolaram estes valores.

Essa conta de impurezas, concentração de elementos viciantes e cancerígenos em quantidades muito maiores que os permitidos, elevam as contas da saúde pública, que é paga pelos impostos brasileiros, que por sua vez não são arrecadados nesses casos.

A UNAFISCO (Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal) acredita que anualmente o Brasil pode perder US\$ 20 bilhões anuais para o País com todos os produtos contrabandeados, neste estudo estima-se que com o contrabando e a pirataria o Brasil 1,5 milhão de empregos. Só de impostos chega-se ao valor de US\$ 9,6 bilhões de perdas em arrecadação de impostos.

Diante do exposto fica explícita a necessidade de o Paraná promover todas as ações possíveis no sentido de combater estas práticas que não só lesam os cofres públicos, como também prejudicam o consumidor.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A propaganda que o Governo do Estado está colocando na mídia, falando, cantando em prosa e verso, as boas notícias do Governo do Paraná gera insatisfação na cidade de Londrina e no Norte do Estado, porque as pessoas, nas ruas, nos questionam dizendo que são quatro mil quilômetros sendo pavimentados pelo Governo do Estado, gastando cerca de oitocentos milhões de reais. Mas, o Norte do Paraná, Londrina especificamente, não consegue pavimentar quatro - eu disse quatro míseros quilômetros diante desses quatro mil alardeados pelo Governo do Estado, com estardalhaço, encartes nos jornais, nas propagandas de rádio e televisão. Quatro quilômetros de uma rodovia estadual, que cruza o perímetro urbano da nossa cidade, onde dezenas e dezenas de pessoas já morreram, por falta desta duplicação da Rodovia Carlos João Strass. E o Governo, através da Secretaria dos Transportes, colocou no Orçamento, o ano passado, a liberação dos recursos para a duplicação deste trecho tão perigoso na nossa Cidade.

Nós, como representantes da Zona Norte, estivemos inclusive sendo recepcionados pelo Secretário Waldyr Pugliesi. E ele assumiu o compromisso da duplicação desse trecho. Eu e o Deputado André Vargas, inclusive, colocamos no Orçamento passado, para que esta duplicação fosse feita. Mas, lamentavelmente, ela não saiu do papel.

Conversei hoje pela manhã com o Secretário de Obras do Município de Londrina, Dr. Aluísio Crescentini de Freitas, e ele nos disse que, o que imperra a duplicação desses quatro quilômetros são treze desapropriações. Uma rodovia estadual que deveria ter o aporte de recursos por parte do Governo Estadual. A Prefeitura de Londrina, que é parceira do Governo não pode arcar com o valor das desapropriações.

Eu fico perguntando aqui, será que é difícil, mesmo sendo no perímetro urbano, por parte do Governo do Estado, realizar essa obra que beneficiaria a Zona Norte de Londrina, que tem mais de 120 mil habitantes, que beneficiaria os Distritos de Varta, os Municípios de Sertãoópolis, de Bela Vista do Paraíso e tantos outros que ficam na saída, para o acesso para o Estado de São Paulo? Quantos já morreram naquele fatídico cruzamento do Jardim Tropical, com o conjunto habitacional Milton Da Vecchi e esta obra não sai do papel?

A Zona Norte de Londrina é maior do que dois terços dos Municípios paranaenses. Mas, nem isto tem motivado o Governo a fazer esta duplicação sair do papel. Nós, inclusive, vimos o Deputado André Vargas, que é Presidente do PT no Estado do Paraná, comemorando, já que houve a promessa do Governador, a destinação dos recursos para que essa obra fosse concluída, e ele estampou na cidade com bastante alarde - não é para menos,

porque também é morador da Zona Norte de Londrina - que essa obra finalmente seria transformada em realidade, o que na verdade não aconteceu.

Nós, aqui em nome da FAMECOL, em nome do Presidente Osvaldir, e de tantos outros líderes de bairro que vieram em caravana para Curitiba para serem recepcionados pelo Secretário Waldir Pugliesi, que assumiu compromisso...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inclusive na presença da Deputada Elza Correia, que também ficou com aquela promessa, mas até agora essa obra não saiu do papel.

Nós não queremos que seja mais um ano adiada para a eleição do ano que vem, queremos ação e queremos que isso seja confirmado. Quando a gente vê, por exemplo, que para Cascavel estão destinados seis viadutos somente este ano, e para Londrina nem uma duplicação e quatro, eu disse apenas quatro, e não quatro mil quilômetros como o Governo do Estado está prometendo, ou já está realizando a pavimentação asfáltica. Principalmente, eu acho que é um desrespeito até a um Partido que é aliado ao Governo nesta Casa, que é o Partido dos Trabalhadores, tendo inclusive a promessa feita ao Presidente do Partido, nosso colega de Casa, o Deputado André Vargas, que recebeu a promessa do próprio Governador que realmente seria concluída essa obra.

Portanto, nós queremos que realmente o Governador seja simpático a um Prefeito que é aliado seu, que também não pode esquecer que se elegeu surfando na onda do PT no segundo turno, que teve aí a parceria com o PT do Estado do Paraná, nada mais justo do que aqui-nhoar inclusive a nossa cidade de Londrina, que é a única cidade do Sul do Brasil, de grande porte, administrada pelo Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu quero registrar nesse momento o falecimento de um amigo nosso, funcionário aqui da Assembléia, Rogério Zara Amaral, que morreu na sexta-feira e foi

sepultado no Sábado de Aleluia no Cemitério Municipal de Curitiba. O Rogério Amaral tem também nas minhas palavras a palavra do Deputado Anibelli. Um homem que viveu uma grande parte da sua vida aqui na Assembléia como Chefe de Gabinete do Deputado Aníbal Khury, da Presidência, na Secretaria da Casa. Enfim, deu a sua contribuição e aos 62 anos de idade deixa saudades entre os amigos pelo carinho e pela amizade que ele sempre devotou a todos os funcionários e amigos da Assembléia.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho um assunto importante e já encaminhamos à Polícia Federal, que é o novo boi gordo do Paraná; é o Top Avestruz, que está prometendo 60% de lucro garantido por ano, tem a garantia do seguro também, e tem a plêiade de laranjas do Sr. Onaireves Rolim de Moura, que colocou essa empresa no nome de Vanderlei Inácio e Maria Terezinha Fernandes dos Santos.

O Sr. Onaireves Rolim de Moura, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, colocou essa empresa lá no Parque dos Tropeiros, mas hoje está na Carlos de Carvalho. Essa empresa tem um contrato social no valor de cinquenta mil reais e gasta mais de 300 mil em publicidade por mês!

Fico com pena das pessoas que querem investir para garantir ali o futuro de seu filho, enfim fazendo uma poupança e terminam sendo vítimas destes que não têm o menor pudor de tomar o dinheiro dos trabalhadores e daqueles que, de uma maneira inocente, entram nessa arapuca.

A Comissão de Valores Mobiliários se pronunciou sobre isso. É impossível cumprir a promessa feita pelo Top Avestruz. É impossível uma rentabilidade de 60% ao ano. Vimos que o titular desta empresa, Sr. Vanderlei Manuel Ignácio, tem o emprego na Federação Paranaense de Futebol de cortador de grama do Pinheirão. É o principal sócio-gerente da Top Avestruz! A Sra. Terezinha, que tem 5 mil reais de cotas, que totaliza os 50 mil reais, é uma modesta senhora que não tem condições de gerenciar ou de participar de um empreendimento como este.

O Beto Carrero fez uma nota de esclarecimento ao povo do Paraná e do Brasil dizendo que não é sócio e não se responsabiliza por nada. Vimos essa nota publicada nos jornais chamando a atenção do público para que não entre nessa estória do Top Avestruz.

Gugu Liberato que era usado como sócio dessa empresa, não o é! E o pior de tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que muitas reuniões do Top Avestruz eram feitas lá na Granja Cangüirí na presença do Governador Roberto Requião! Temos as fotografias e vamos pedir as providências. A Polícia Federal já está no encalço de apurar a responsabilidade disso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiras e companheiros.

Nem iria fazer uso da palavra no dia de hoje, mas é preciso muitas vezes ter o contraponto de algumas falas de colegas aqui na Assembléia Legislativa.

Vivemos um regime democrático; briguei por ele. Portanto, todos podemos falar o que achamos que devemos, mas é preciso que a verdade seja estabelecida, ou pelo menos, que outra versão seja colocada.

Ouvi o discurso inflamado do colega Barbosa Neto. Queria dizer, companheiro Barbosa, que esta questão da Carlos Strass, vou dizer do nosso empenho e a nossa gestão em relação a essa questão, porque, evidentemente, para a Oposição, a política é sebo no lombo e relho: se fizer apanha; se não fizer, apanha também. Essa tem sido a prática, mas é preciso que esta Deputada, que mora em Londrina, que tem a sua vida política constituída mais naquela cidade, que foi Vereadora por duas legislaturas, também coloque aqui algumas questões em relação à nossa cidade.

Esta Deputada não ficou apenas satisfeita, colega Barbosa Neto, com o anúncio da duplicação da Carlos Strass. Esta Deputada promoveu, aqui, em Curitiba, o encontro dos representantes da FEMACOL, do Osvaldir, das Lideranças da Zona Norte e, também da Zona Rural, com tudo documentado, com fotografias e texto da imprensa das nossas gestões junto ao Governador, junto ao Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, para conseguirmos a duplicação não só desta via, mas também de algumas estradas rurais da cidade de Londrina.

Não foi esta Deputada que foi para os out-doores da Zona Norte, mas foi esta Deputada que gestionou, desde que aqui chegou, junto com os outros companheiros, essas duas reivindicações tão importantes para a cidade de Londrina. Então, esse negócio de fazer festa com o churrasco alheio é muito complicado. Todos nós temos compromissos com o Estado do Paraná; não são um ou dois Deputados. Então, quero dizer que tem sim a ação e o trabalho desta Deputada que trouxe aqui as Lideranças e que conseguiu do Governador a autorização para aquela estrada e para as estradas das zonas rurais.

Agora, tem uma questão que se chama parceria com o Município, que o Município tem que fazer a sua parte. Isso estava acordado entre o Governo Municipal, Prefeito Nédson e o Governador Requião, e continua acordado. O Prefeito Nédson, dentro das suas possibilidades, no momento que for possível, vai cumprir com a sua parte na parceria. Talvez facilite muito agora porque, felizmente, temos o nosso Ministro Paulo Bernardo que é amigo do Norte do Paraná, que é amigo do Paraná, que é amigo de Londrina, que tem o nosso louvor e os nossos cumprimentos e que, talvez, facilite um pouco as coisas agora para Londrina e para região Norte do Estado.

Estou cansada de ouvir aqui que o Governador não faz nada pelo Norte, que o Governador virou as costas para o Norte do Paraná. Nunca houve tanta interiorização e regionalização do Governo no interior e, também, no Norte do Paraná como existe no nosso Governo Roberto Requião.

Então, eu gostaria de deixar consignado que a parte que compete ao Governador, na Carlos Strass já há os recursos, o projeto está pronto. Depende sim, Deputado Barbosa Neto, da parceria com o Poder Municipal que tem a responsabilidade de fazer as desapropriações. Se o Prefeito Nédson, neste momento, não está conseguindo fazê-las, haverá de buscar alternativas, porque ele também tem grande compromisso com a construção dessa estrada e irá fazê-lo. O que não podemos é tentar desqualificar uma ação em parceria com o Prefeito Nédson e o Governador Roberto Requião.

É impressionante como, sistematicamente, vemos aqui tentativas frustradas, de desqualificar o Governo Roberto Requião que tem, sim, interiorizado suas ações, que tem, sim, investido no Norte do Paraná e em todas as regiões do nosso Estado! Portanto, essa política do sebo no lombo e relho funciona para alguns, mas para a população que está recebendo os benefícios, podem ter certeza absoluta e as pesquisas mostram que o Governador Roberto Requião está sendo muito respeitado, cumprimentado e parabenizado pelo seu Governo, da mesma forma que o Governo Lula.

Portanto, vai sair a Carlos Strass, como vai sair a estrada rural de Lerrovile, estrada do Bule, Guairacá e outras que foram incluídas pelo Secretário de Obras lá em Londrina e também da Agricultura, Nilson Ladeia, com quem mantêm contato permanente, da mesma forma que com as lideranças da FEMACOL, o Osvaldir, e outros companheiros que, conosco, têm lutado para a realização daquelas obras na cidade.

Então, vou ficar nisso: “bateu, levou”. Vão falando contra, vou mostrando a nossa posição e a população é que tira as suas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, só quero, na tarde de hoje, com muita satisfação, registrar a presença aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dos Vereadores: Valdemir Baú, Vandré Spanholi, Volmir Lasta e o Frank Schiavini que também é o Presidente do PMDB da cidade de Coronel Vivida, além do Gelson Giordani que acompanha os nossos quatro Vereadores, que estão fazendo visitas às Secretarias de Estado, buscando levar recursos àquele importante Município do Sudoeste do Paraná, que vive um momento de grande dificuldade por conta da

seca que está assolando e castigando pesadamente o Sudoeste do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Nishimori.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB)

O SR. LUIZ NISHIMORI

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Junto com as ilustres personalidades, Presidente da OCEPAR, Sr. João Paulo Koslovski; Presidente da COCAMAR, Sr. Luiz Lourenço; Presidente da Cooperativa Integrada, Sr. Carlos Yoshio Murate; Presidente da COFERCATU, Sr. José Otaviano de Oliveira Ribeiro; Presidente da COPAGRIL, Sr. Ricardo Silvio Chapla e Diretor de Produção e Mercado da Avícola Felipe S.A. (mister frango), Sr. Mário Fernando Teixeira de Camargo, estivemos participando da Missão Econômica da Assembléia Legislativa ao Japão, no início deste mês de março.

O objetivo desta missão foi o de levar os Presidentes de Cooperativas e empresários de nosso Estado, para apresentar e vender os produtos agropecuários paranaenses ao mercado japonês.

E hoje de manhã, confirmamos que realmente a missão alcançou o objetivo esperado, pois através do Presidente da OCEPAR, Sr. João Paulo, obtivemos uma notícia muito alvissareira. Soubemos que a Avícola Felipe tinha negociado carne de frango com diversas empresas japonesas e a COCAMAR comercializou onze containers de sucos na semana passada.

Dentre outra programação, a comitiva foi recepcionada com um jantar pelo Governador da Província de Hyogo, Sr. Toshizo Ido e do Vice-Governador, Sr. Fujimoto. E, nesta oportunidade, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, entregamos o diploma de Menção Honrosa ao Sr. Masami Tanaka, pelos relevantes serviços que ele tem prestado ao nosso Estado.

Formulamos o convite ao Governador Toshizo Ido, da Província de Hyogo, para visitar o Paraná e trazer consigo a comitiva de empresários japoneses, objetivando conhecer melhor o nosso Estado e estreitar ainda mais a relação Brasil-Japão. E se possível ainda, pedimos apoio e troca de tecnologia na área de agricultura e meio ambiente. E para nossa alegria, ele prometeu que ainda este ano, ele estaria propenso a vir ao Paraná, para comemorar os 35 anos de irmandade que une a Província de Hyogo e o Estado do Paraná.

A comitiva ainda participou da magnífica feira FOODEX JAPAN 2005, uma das maiores feiras de alimentos do mundo. É impressionante a grandiosidade desta feira. É assustador o número de produtos

expostos. Oitenta países estão participando deste evento.

Em Tóquio participamos de diversas rodadas de negócios com diversas empresas japonesas. Estivemos participando do almoço com o Sr. Satoru Satoh, a convite do Ministério de Relações Exteriores do Japão.

Aproveitando esta oportunidade, conversamos com o Sr. Satoru Satoh a respeito da possibilidade de o Japão acolher mão-de-obra de não-descendentes de japoneses. A nossa proposta foi acolhida com muita simpatia, com grande possibilidade de ser adotada no futuro.”

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço que V. Exa. conclua.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Eu tinha muita coisa para falar, mas entregamos o nosso relato à Presidência, concluindo o nosso trabalho. Eu gostaria de dizer que a nossa missão econômica ao Japão foi um grande sucesso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, se o Deputado Nishimori assim o desejar, cederemos o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais dez minutos, no Horário do PSDB que é o seu Partido.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Muito obrigado pelo espaço cedido.

Como eu dizia, conversamos com o Sr. Satoh e a nossa proposta foi acolhida com muita simpatia. A possibilidade será adotar no futuro a hipótese de mão-de-obra de não descendentes. Seguindo esta mesma esteira, solicitamos também ao Embaixador Ivan Canabrava, um estudo urgente e definitivo para resolver um drama dos dekassegus que lá vivem. Temos cerca de 270 mil nipo-brasileiros trabalhando naquele país. Trata-se da educação dos filhos de dekassegus. Este assunto tem sido um drama para esse povo.

O Embaixador, por sua vez, sabendo desse sofrimento, manifestou que brevemente estará anunciando uma proposta muito interessante para a sua solução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assim concluímos o nosso relato de trabalho dizendo da alegria por ter tido a oportunidade de chefiar uma missão de tamanha envergadura. Na verdade, eu gostaria de relatar esta missão com mais detalhes, porém devido à exigüidade de tempo, estou limitando por aqui a minha exposição.

Já entregamos, como disse, à Presidência da Casa um relato completo de nossa missão, para ser registrado nos Anais desta Casa, que são mais de cento e cinquenta páginas. E quero aqui, publicamente, deixar registrados os agradecimentos especiais à Embaixada do Brasil em Tóquio e ao Cônsul Geral do Japão em Curitiba, que não

mediram esforços para que essa missão alcançasse seus objetivos e fosse coroada com grande êxito.

Agradeço a todos mais uma vez.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa a visita, hoje, do Vereador Isanildo Bremback, da cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e quer dar as boas-vindas.

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente da Sessão de hoje apenas para fazer uma referência àquilo que aconteceu na semana passada na Capital Federal, ou seja, em Brasília, em relação ao projeto de lei e hoje Lei da Biossegurança. Nós temos debatido a questão dos transgênicos exaustivamente aqui na Assembléia Legislativa, já quando a Bancada do PT apresentava o projeto proibindo o plantio, transporte e a exportação dos transgênicos no nosso Estado. Nós dizíamos naquela época que estávamos discutindo uma lei inócua, que qualquer cidadão poderia entrar no Supremo e argüir a inconstitucionalidade dessa lei.

Ora, aprovamos a lei aqui na Assembléia Legislativa, o Governador Roberto Requião sancionou-a; o PFL e o Governador do PT do Mato Grosso do Sul entraram com uma ADIN e argüiram a inconstitucionalidade do mérito do processo, mas acho que tudo isso caiu por terra, agora, definitivamente, depois que o Congresso Nacional aprovou o Projeto da Biossegurança, e o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, na semana passada, sanciona essa Lei da Biossegurança e mantém todos os poderes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. E agora nós nos questionamos, Sr. Presidente Pedro Ivo, que preside a Sessão de hoje: qual será a conduta do Governador Roberto Requião no Estado do Paraná em relação aos transgênicos, principalmente na questão do Porto de Paranaguá?

Ora, todos nós sabemos que o porto não é do Estado, mas é do Governo Federal; o Estado do Paraná tem uma concessão desse porto. O Governo Federal sanciona a Lei da Biossegurança e mantém todos os poderes para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Será que o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, continua ainda insistindo no não plantio da soja transgênica, do transporte e da exportação no porto?

Srs. Deputados, Deputado Rafael Greca, o senhor que já foi Ministro de Estado, nós entendemos que se o

Governador Roberto Requião continuar insistindo na proibição da soja transgênica no nosso Estado, principalmente quando ele proíbe a exportação via Porto de Paranaguá, agora, com a lei nacional, acho que ao Lula não cabe alternativa senão decretar a intervenção no Porto de Paranaguá, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que foi Presidente da CPI do Porto de Paranaguá.

Não há outra alternativa ao Governo Federal, porque não é possível se a legislação é regulamentada pela legislação federal, e o Governo do Estado sem amparo nenhum, não existe lei, porque a lei do Estado do Paraná caiu por terra, porque o PFL e o Governador do Mato Grosso, do PT...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Já concluo, Sr. Presidente.

...argüir a inconstitucionalidade, não existe! Agora o Presidente da República, o Lula, sanciona a lei! O que o Governador do Paraná vai fazer? O que os empresários vão fazer no Estado do Paraná? Aliás, Santa Catarina está muito feliz, dá para ver pela imprensa, noticiários, o Porto de São Francisco nunca tinha fila e agora tem, e em Itajaí também! Quer dizer, quantas vezes dobrou a capacidade de exportação nesses dois portos? O desvio para o embarque dos nossos produtos de Paranaguá está indo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e não é só os empresários do Brasil, mas são lá na Argentina, Paraguai e tantos outros lugares mais.

Só espero que o Governador do Paraná, Roberto Requião, siga o exemplo do Presidente da República; espero que o Governador do Paraná faça aquilo no Paraná, a exemplo daquilo que o Luiz Inácio Lula, Presidente da República, fez.

Agradeço e peço desculpas ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu havia solicitado o Grande Expediente, mas já estava inscrito o Deputado Rafael Greca, então solicito o Grande Expediente de amanhã, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vamos verificar o primeiro dia, Deputado Neivo, e informaremos a V. Exa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu não vou ocupar todo o tempo do Grande Expediente. Posso oferecer para o Deputado Neivo Beraldin a metade do tempo, se o Deputado aceitar.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Ótimo, agradeço!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Antes do Deputado Rafael Greca iniciar a sua oratória, gostaríamos de registrar a presença do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Lidianópolis, Marcão, e Casagrande, e com a comitiva de Vereadores que nos prestigiam com as suas presenças. E logo mais também estaremos reunidos com o nosso Governador em exercício, Deputado Orlando Pessuti, tratando de um assunto de grande importância da nossa região, lá do Vale do Ivaí, com relação aos nossos pescadores lá do Vale do Ivaí.

Grande Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa registra e quer dar as boas-vindas ao Prefeito e aos Vereadores.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)**O SR. RAFAEL GRECA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

As primeiras palavras são para um registro de pesar.

Registramos com pesar o falecimento do Dr. Rogério Amaral, que por muitos anos foi servidor desta Casa, foi Chefe de Gabinete do ex-Presidente Aníbal Khury, e faleceu na tarde da Sexta-Feira Santa. Esse admirado servidor da nossa Casa merece um preito de homenagem, não só da Bancada do PMDB, como de todos os Deputados. E é para registrar, com pesar, o falecimento do nosso funcionário Rogério Amaral que eu começo esta minha locução, hoje, e em nome da nossa Bancada do PMDB, manifestando à Dona Marilena Amaral o nosso sentimento e também aos seus colegas funcionários da Assembléia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Ocupo este Grande Expediente para comemorar o lucro da COPEL, em 2004. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica lucrou em 2004, 374 milhões de reais, foi o dobro ou mais que o dobro, 120% a mais do que o lucro de 2003, que já houvera sido de 171 milhões de reais. O Governador Roberto Requião recebera a COPEL do Governo anterior com um prejuízo de 320 milhões de reais e com a ameaça de inviabilidade pelo acordo feito com a empresa norte-americana El Paso em torno da termelétrica que não se pode ligar no sistema brasileiro, a menos que hajam fortes e caríssimas adaptações, comprada pelo Governo anterior para a região de Araucária, no entorno da grande Curitiba.

Esse lucro da COPEL depois do prejuízo em 2002, lucro de 171 milhões de reais em 2003 e 374 milhões de reais em 2004 não significa diminuição de sua prática social ou do seu estilo de justiça social, por exemplo em

programas como o Luz Fraterna, porque a tarifa social já está beneficiando 1 milhão e 250 mil paranaenses. A COPEL permanece com suas ações valorizadas na Bolsa de Nova York com um dos melhores índices de liquidez do mundo! O seu patrimônio é de 9,88 bilhões de reais, quase de 10 bilhões de reais e seu endividamento chega a apenas 35% do valor do patrimônio, ou seja, 1,8 bilhões de reais.

A COPEL também tem mantido o desconto aos consumidores no Governo Requião; foi de 15% para quem pagava em dia no ano de 2003 e é de 9% para quem paga em dia ainda hoje, 9% também foi o desconto dado em 2004.

Comemoramos, portanto, a seriedade da administração da COPEL e felicitamos o Presidente Rubens Guirardi, o ex-Presidente Paulo Pimentel e todos os copelianos pela manutenção dessa empresa que orgulha o Paraná e o Brasil.

A minha segunda intervenção, Sr. Presidente, é com respeito ao próximo aniversário da nossa adorada cidade de Curitiba amanhã. Quero manifestar aos curitibanos e aos brasileiros que escolheram viver em Curitiba a minha satisfação, a minha felicitação pelos 312 anos da fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, que há 150 anos é a nossa capital.

Foi numa quaresma de 1693 quando o Governador Geral vindo de Paranaguá, Gabriel de Lara, aquiesceu vendo que o capitão povoador, Mateus Leme, havia cumprido a sua tarefa e povoado os campos de Curitiba, fazendo que seus filhos fizessem famílias com as índias dos sertões do Barigüi, dos sertões do Juvevê, dos sertões do Atuba, e viu que havia as quarenta famílias que a lei portuguesa exigia: quarenta fogões para fundar uma Vila e permitiu a fundação da Câmara Municipal de Curitiba e da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

Ao Prefeito Beto Richa eu quero, nessa véspera do aniversário da cidade, pedir que preste atenção na sua assessoria, isto porque na extrema periferia da cidade, na Vila Osternak, nós soubemos que a véspera da Semana Santa foi marcada por protestos da população. Isso porque a diretoria da URBS, a Companhia de Urbanização de Curitiba, ameaça retirar a estação-tubo do ponto final do ônibus ligeirinho. Argumentaram esses servidores municipais ou a diretoria da URBS que o tubo foi assaltado diversas vezes, que é palco de diversas operações de pula-catraca. Ora, a Prefeitura tirar o tubo do povo, o tubo que eu lá coloquei e deixar o povo ao relento, é mais ou menos como o marido traído mandar queimar o sofá do adultério ao invés de tentar resolver o problema do adultério. É o marido traído da anedota. Tirar o tubo do povo não resolve o problema de segurança da estação do ponto final do ligeirinho.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Recebo agora a informação da Prefeitura de Curitiba de que não será tirado o tubo e será colocado lá a Guarda Municipal por falta de segurança, porque a obri-

gação da segurança é do Estado. V. Exa. inclusive poderia colaborar conosco e pedir ao Secretário da Segurança que intervisse, para que tivesse a segurança nesse local.

Se não tiver segurança, terá lá a segurança da Guarda Municipal.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Estou fazendo um requerimento ao Governador do Estado pedindo que determine ao Secretário da Segurança melhor segurança na região. Mas, quero lembrar que há um problema crônico, nós não temos um batalhão de polícia para o policiamento da Capital na região do Bairro Novo e do Sítio Cercado.

E a nossa Assembléia rejeitou o meu projeto de lei que propunha a criação do Batalhão de Polícia do Bairro Novo e do Sítio Cercado. Aquilo é uma cidade do tamanho de Guarapuava; fui eu quem a viabilizei. Então, conheço o Bairro Novo e o Sítio Cercado como pouca gente na Região de Curitiba. E acho que o Comandante do Policiamento da Capital não pode fazer milagre. Nós precisamos de um Batalhão de Polícia para a região do Sítio Cercado e do Bairro Novo para a periferia sul da cidade. Agora, não faz mal também o Prefeito da cidade colocar a Guarda Municipal para policiar os pontos de conflitos ou de repetidas incidências policiais, como por exemplo pontos finais de ônibus, o Centro Histórico da cidade. A ação integrada da Guarda com a Polícia, pode resolver isso. E, no requerimento que estou enviando ao Governador e ao Prefeito, estou sugerindo a criação de um plano de policiamento para a Rede Integrada de Transportes Metropolitanos de Curitiba, porque, se toda vez há assaltos no ponto final da linha do ligeirinho do Bairro Novo é o caso de a polícia estar lá esperando os assaltantes e não fazer com que o povo seja vítima do assalto.

Agora, o anúncio de que iam tirar o tubo, causou comoção na Vila Osternak; o povo fez uma manifestação com grande justiça. E nós ficamos vendo que é muito importante um trabalho de integração entre a Guarda Municipal e o policiamento da Capital, como também é importante um trabalho de maior investimento na segurança da Capital do Estado.

Eram essas as duas comunicações que eu queria fazer no Grande Expediente de hoje: uma a favor da minha adorável cidade; a outra, de orgulho paranaense pela qualidade da COPEL na administração Roberto Requião e pelo seu lucro que foi de 374 milhões de reais, 120% a mais do que em 2003. E em contraste com o prejuízo de 2002, que foi de 320 milhões de reais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Em nome da Bancada do PMDB manifestamos a nossa satisfação, pelo fato de a COPEL ter lucrado duas vezes mais do que em 2003 e manter a sua tarifa social, beneficiando 1 milhão e 250 mil pessoas.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Ouçó o seu pronunciamento, Deputado Rafael Greca, e gostaria de dizer que a COPEL é uma empresa paranaense. Sabemos que ela sempre foi administrada por pessoas altamente capazes, tanto é que à época em que se tentou revogar uma lei que a Assembléia Legislativa já tinha outorgado ao Governo do Estado a vender as ações da COPEL e lembro-me muito bem, foi no ano de 2001, quando V. Exa. era Secretário de Estado, parece-me, a COPEL teria dado um lucro de quatrocentos e poucos mil reais. Aliás, isso foi usado por demais aqui na Assembléia Legislativa.

A COPEL é uma empresa altamente rentável. Nós sabemos disso.

Só espero, Deputado Rafael Greca, e o senhor como um profundo conhecedor da questão energética, não do nosso Estado, mas do nosso País, que possamos fazer a COPEL do nosso Estado e principalmente o Governador Roberto Requião, que ele seja sensível àquilo que aconteceu no dia 9 de dezembro.

No ano passado, o Governador Roberto Requião não quis colocar a produção da energia e nem a distribuição da energia no leilão que é uma regulamentação da ANEEL. Ele só colocou a geração da energia e a distribuição no leilão, depois que a ANEEL entrou no Supremo e uma determinação da Justiça!

Aí veio a nossa grande surpresa, Deputado Rafael Greca e por causa disso eu faço o meu aparte: o Governador do Estado do Paraná dizia até então, antes do leilão, que a energia produzida pela COPEL não poderia ir para o leilão, porque custaria muito mais no leilão do que a COPEL estaria repassando. A COPEL tem três empresas: a COPEL-Geração, a COPEL-Distribuição e a COPEL-Transmissão.

A COPEL-Geração vendia a energia elétrica para a COPEL-Distribuidora, a 65 reais o megawatts/hora e o que é que aconteceu no leilão do dia 9 de dezembro? Essa mesma energia que a COPEL-Distribuidora comprava da COPEL-Geradora a 65 reais o megawatts/hora, pagou 51 reais, 27% mais barato! O que nós queremos aqui na Assembléia Legislativa?

Eu já me manifestei na tribuna e V. Exa. faz um pronunciamento, na tarde de hoje, em relação ao lucro da COPEL. Por que a COPEL teve o lucro? Porque ela vendeu! Ela tem três empresas! Vendeu a energia muito mais caro. A COPEL tem que repassar esse desconto para o consumidor. Não é concebível, Deputado Rafael Greca, a COPEL-Distribuidora comprar energia a 51 reais o megawatts/hora, a mesma energia que ela pagava 65! Vinte e sete por cento mais barato. Então, esse desconto tem que ser atribuído para o nosso consumidor.

Quem está nos ouvindo aqui na Assembléia é quem está nos assistindo em casa pelo Canal 21. Esse desconto de 27% tem que ser repassado para o consumidor e aí é que está o lucro que a COPEL tem. Ora, o Luz Fraterna não é a COPEL que paga. A COPEL dá energia, mas quem paga é o Governo do Estado! A COPEL emite

uma fatura no final do mês e quem paga é o Tesouro do Estado! É o Governo do Estado que paga essa energia e é aí que vem o Luz Fraterna. Não é da COPEL. A COPEL fornece, mas quem paga é o Governo do Estado e V. Exa. sabe disso.

Então, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que V. Exa. faz no dia de hoje, e pedir também a V. Exa., como Deputado do PMDB, do Partido do Governador, que sensibilize o Governador, que ele dê o desconto daquela tarifa que ele conseguiu comprar mais barato no dia 9 de dezembro, lá no leilão da energia elétrica que aconteceu na cidade de São Paulo, o primeiro leilão do Brasil. Vai ter outros leilões também.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Elio Rusch essa contradição entre o modelo energético nacional e o modelo energético adotado no Paraná, que é do sonho, do ideal do Governador Roberto Requião, que é deixar a COPEL forte como patrimônio dos paranaenses. Não só para os que estamos vivos mas também para os que vão nascer, ela diz respeito ao momento em que o Brasil vive. Onde o Governo Federal ainda mantém os mesmos modelos de gestão energética, da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

É com relação ao preço da energia no Paraná, eu queria dizer que a energia da COPEL é talvez a mais barata do País. Durante todo o ano de 2003, persistiu o desconto de 15% aos consumidores pontuais e, em 2004 esse desconto passou para 9%.

O Governador do Estado, certamente, mais pudesse, mais faria no sentido de viabilizar a energia barata. Nesse ponto está a idéia, por exemplo, de facilitar o acesso à energia para as indústrias que se instalem nas cidades de IDH baixo, ou nas regiões do Estado, onde existe linha de pobreza significativa.

Agora, o Governo do Estado não é o Governo da República, e pretender que a COPEL se sobressaia às regras do Supremo Tribunal Federal ou às normas da República é certamente desejar muita sorte ao Governador Requião, porque isso é coisa impossível de acontecer neste Brasil, onde o Paraná dá e Brasília tira.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário das Lideranças.

PMDB. Com a palavra, o Deputado Artagão Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma satisfação estar aqui nesta segunda-feira.

Eu, que na semana passada aqui não pude estar, por enfrentar um problema de doença na minha família. A minha filha na época com 45 dias de vida, foi internada às pressas num hospital da Cidade de Curitiba, com uma doença não detectada em estado grave, na última quarta-feira, no dia 16.

No dia 16 ao dia 17 muita angústia, muito nervosismo e a necessidade de uma transfusão de sangue na quinta-feira, à tarde. Minha filha então com 46 dias de vida, com dificuldade de respirar, sem ter sido detectado qual era o problema, obrigatoriamente teria que passar por uma transfusão médica. Qual o tipo de sangue da minha filha? “O” negativo.

No momento da transfusão, minha filha na UTI, chega o sangue para ser feita a transfusão. “O” Positivo?

Não fosse a intercessão divina, sem dúvida alguma, essencial neste momento, não fosse a presença dos familiares, naquele momento na UTI, teriam feito a transfusão de sangue na minha filha com sangue “O” positivo.

Em um hospital com referência nacional, um hospital de referência internacional, teria sem dúvida alguma cometido um erro que não poderia mais ser revertido. Uma criança de 46 dias de vida, passando por um estado de extrema debilidade, de sangue “O” negativo, se recebesse o sangue “O” positivo, em hipótese alguma poderia sobreviver.

Deus é Pai. Todos nós sabemos disto. Minha manifestação de pai, naquele momento, dizendo: “o sangue da minha filha é “O” negativo não estava sendo suficiente para convencer os médicos desta realidade. O médico afirmava categoricamente: “não, a tipagem já foi feita; foi feita e refeita por duas vezes, e o sangue de tua filha é “O” positivo. Eu disse para o médico: “então, tenho que prender o pessoal da maternidade, porque minha esposa é “A” negativo, e se minha filha fosse “O” positivo, minha esposa teria que ter sido vacinada, para evitar rejeições futuras. E não foi! Na certidão dela, na carteirinha dela, a tipagem é “O” negativo. E o médico dizia: “não, o sangue é “O” positivo.

Nisto, entrou minha mãe, invadiu a UTI, também fazendo uma pressão. E os médicos voltaram atrás, dizendo “então, faremos a transfusão com sangue tipo “O” negativo, porque é doar universal e assim evitamos problemas e fazemos novamente a avaliação do sangue, para saber que tipo de sangue é.

Feita a transfusão, dez minutos depois, veio a confirmação do laboratório: minha filha tinha o sangue “O” negativo.

Depois da transfusão o processo só teve melhoras. Na última terça-feira minha filha saiu da UTI e no último sábado saiu do hospital.

Mas, porque venho aqui, neste momento? Porque ocupo a tribuna, nesta tarde, na Assembléia Legislativa? Porque se não fosse a presença da minha família, naquele momento, na UTI, onde normalmente não se permite o

acompanhamento de familiares, se não fosse a presença de um amigo e funcionário do meu gabinete, no corredor, quando viu a moça do banco de sangue passar, perguntando se o sangue era da minha filha e questionando se aquele sangue era “O” negativo, certamente eu não teria a alegria, a satisfação, em estar ocupando novamente esta tribuna, com minha filha em casa.

O motivo pelo qual ocupo a tribuna, nesta tarde, é dizer que me preocupa muito a assistência na área de saúde o nosso Paraná, no nosso País. Me preocupa muito o distanciamento que é imputado aos familiares, no momento em que os seus entes queridos mais precisam das suas presenças, num momento de internamento, num momento em que estão na UTI, num momento em que estão debilitados, onde o amor, o carinho e a presença dos seus familiares é essencial.

E é por isso, Srs. Deputados, que estou desenvolvendo um projeto de lei obrigando os hospitais públicos ou privados, no momento de uma transfusão, obrigatoriamente conversarem com algum familiar daquele que será transfundido, para que erros como este, que quase aconteceu com minha filha, não venha a acontecer; para que mortes que com certeza muitos dos nobres Deputados já ouviram falar, de erros médicos, sejam evitados.

É lastimável um hospital de referência, um hospital que atende pessoas até o Paraguai, de Brasília, do Mato Grosso, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, fazendo um erro básico como este. Mas, quero afirmar que foi um erro isolado. Um erro de uma ou duas pessoas, que não podem comprometer o trabalho de toda uma estrutura hospitalar. Que sem dúvida alguma merece nosso respeito e nossa consideração. Que não se preocupou, naquele momento, desde o recebimento da minha filha, até a saída da mesma, em saber quem era, de quem era parente, se tinha ou não condição de pagar o seu tratamento.

Mas, que estes erros não se repitam. Que essas ações sejam evitadas, para que a população, em especial a mais carente, aquela que não tem cultura, não tem conhecimento, ou aquela que não tem coragem de questionar uma ação objetiva da equipe médica, não venha a ser punida por um erro tão grave como esse.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

É louvável a sua iniciativa e quero crer que esta Casa deva aprovar por unanimidade o seu projeto.

Falo com muita propriedade. O drama que V. Exa. viveu, pela sua felicidade e com a proteção divina, o fato não se consumou

Vivenciei na minha família um drama desses. Há oito anos uma irmã minha chega ao hospital para uma cirurgia simples. Necessitou de uma transfusão e numa situação caótica no dia seguinte veio a falecer. Exatamente por um erro cometido pela equipe, pelas pessoas que têm a responsabilidade de dar proteção às que estão internadas em hospitais.

Por esta razão parablenzo V. Exa. Esse seu projeto vai salvar muitas vidas neste Estado.

Quero também dizer da alegria de poder ver V. Exa. nesta tarde fazendo um discurso, não apenas para a proteção de sua família, mas na proteção das famílias paranaenses.

Muito obrigado!

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Queria me solidarizar em seu pronunciamento e dizer que é uma preocupação importantíssima essa, com certeza, seu projeto terá uma bela acolhida de seus Pares, aqui nesta Casa.

Dizer também que é mais do que provado que a presença dos familiares, inclusive o Ministério da Saúde já deliberou através de lei, que os atendimentos pelo SUS tenha a presença e o acompanhamento da família, principalmente para as crianças, porque a recuperação é mais rápida e as crianças permanecem um tempo menor de hospitalização.

V. Exa. faz uma fala fundamental quando diz que pelo fato de muitas pessoas - principalmente as mais carentes - não conhecerem seus direitos, a situação fica ainda mais complicada.

Com toda a família, com todo seu conhecimento, quase acontece uma fatalidade. Ficamos imaginando o que não acontece cotidianamente em nosso Estado e em nosso País.

Queria dizer que nos somamos à sua alegria de ter o seu bebê em casa, saudável. Também me somo à sua preocupação, não só como Parlamentar, mas como mãe também.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Agradeço as manifestações de apoio. E digo mais, os problemas não ficaram restritos na área da UTI. No mesmo setor que eu estava ficavam as enfermarias. Em cada enfermaria quatro pacientes e os seus acompanhantes, um por acidente, ali podiam ficar, mas ficavam vinte e quatro horas por dia numa cadeira!

Agora pergunto: uma mãe, um parente pode descansar, repousar, pode dar apoio ao seu ente querido passando 24 horas numa cadeira?

Existe dignidade? Existe estrutura básica para um digno atendimento? Se precisasse ir ao banheiro, não tinha banheiro no andar! Não tinha bebedouro de água, tinha que descer dois, três andares e atravessar um corredor muito longo!

Nesse mesmo sentido, o meu projeto de lei estará contemplando essas necessidades ali detectadas, porque uma pessoa que passa um dia, uma semana, um mês, e muito mais do que isso, numa cadeira como existem pessoas lá, não consegue ter um repouso digno para dar suporte aos seus familiares.

E não bastasse isso, outros problemas também nós detectamos na questão da saúde.

Finalizando, Sr. Presidente, ontem eu precisei tomar uma injeção de Bezetacil. Fui à farmácia; não podiam aplicá-la. Indicaram-me o Hospital Evangélico, que não me deixaram também tomar. Fui no Hospital Nossa Senhora das Graças.

Fui na Farmácia Nissei, falaram que só nos postos de saúde. Fui então no Posto de Saúde do Campo Comprido, que é um posto vinte e quatro horas. Lá uma enfermeira de nome Helena, disse que não poderia me atender porque ali era um posto de emergência e urgência, e o meu pé não estava aparentemente necessitando de um tratamento de urgência, muito embora esteja com linfagite e tomando medicamento para poder caminhar; não queriam me aplicar. Se eu não fosse veemente nas minhas argumentações, também não seria atendido.

Isso é lamentável, a nossa Assembléia precisa se posicionar objetivamente nesse sentido, e sem dúvida alguma estaremos encampando uma campanha no sentido de reestruturar o atendimento de saúde, tanto estadual quanto municipal, não só no sentido de projetos de lei, mas na fiscalização daquilo que deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças: Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu caro Deputado Luiz Carlos Martins.

Estou aqui neste momento com a Folha de São Paulo, e acredito que sirva para todos os Parlamentares e políticos do Brasil como se faz um currículo do Presidente Lula.

Não sei se os Srs. Deputados já leram a Folha de São Paulo. Eis o currículo do Ministro da Previdência. Para você ser Ministro do Lula, só basta não pagar a Previdência: já é um requisito que aprova o seu nome para sê-lo. O segundo requisito - para que Romero Jucá se tornasse Ministro do Lula - você tem que ter fazendas fantasmas. Quer dizer, você empresta dinheiro de um banco público e oferece em garantia fazendas que não existem. Este é o currículo de Romero Jucá, Ministro do Presidente Lula. Uma reforma de Ministério que caiu por terra aqui mesmo nesta tribuna. Daqui Severino ditou as normas de como deveria ser feita a reforma do Ministério, ele, o Presidente da República, não querendo respeitar as determinações de Severino, resolveu fazer uma mini-reforma.

E aí, por essa razão, é importante que os amigos do Paraná que estão nos vendo na televisão neste momento, vejam o Ministro da Previdência.

Mas, o que eu achei importante no Sr. Jucá, o Ministro da Previdência, primeiro, não paga Previdência,

segundo, empresta dinheiro de um banco público e não paga, e oferece fazendas que não existem, como garantia!

Aí ele descobriu a América, porque veio à televisão, ao lado do nosso Ministro paranaense, Paulo Bernardo e de José Dirceu, anunciar quais as medidas precisam ser tomadas para diminuir o déficit da Previdência!

Ora, tinha lá um Ministro do mesmo Partido e precisou-se substituir o Lando pelo Jucá! Quando vi esse Jucá, ilustre Ministro, eu disse: “esse homem vai resolver o problema da Previdência porque ele fala alto! Parece-me que tem vinte e poucos mil votos. Ele veio determinado em reduzir o déficit, diminuir as filas e resolver o problema da previdência do Brasil. Agora, eu pergunto aos senhores: quem é pior? O Lando, que foi demitido por incompetência ou o desonesto Romero Jucá?

Um homem que oferece como garantias o que não existe, tem que ser demitido do Ministério! Se o Presidente Lula ouviu a voz baixa de Severino daqui da tribuna do Paraná, emocionado, ele terá que ver e ler o que está escrito na Folha de São Paulo! Eu não acredito que tenha justificativa para que esse senhor continue Ministro da República com essas acusações. Eu até fico preocupado, vou fazer aqui, talvez um falso juízo, mas acho que a Folha de São Paulo guardou isso aqui na manga, aguardou o Presidente Lula nomear o Ministro e, depois, veio com essa bomba de efeito retardado, Deputado Neivo Beraldin.

Um homem que vai a um banco público e diz que tem sete fazendas, coloca como garantia e cinco não existem, se este Governo quiser ainda usar a palavra seriedade, eu acredito que hoje à noite, teremos o prazer de ver o Presidente da República fazendo um pronunciamento e demitindo esse Ministro, porque quem se indignou com as palavras simples do Severino, Presidente da Câmara, comparando, isso aqui é pior do que uma bomba atômica!

Dá para notar que ele é um mau companheiro, é um homem que não serve para parceiro, porque, se tinha à frente do Ministério da Previdência um Ministro do PMDB, e ele substituiu, no mínimo, não poderia ter tripudiado o seu colega, mas até isso faltou ao Ministro Jucá (eu espero, ex-Ministro).

Caloteiro, vigarista, batedor da carteira do povo brasileiro, e hoje, brasileiros e paranaenses, comanda o Ministério que tem mais dinheiro neste País! Esse homem, tinha que ser ministro de penitenciária! Não é possível! Para quem falava tanto em honestidade, parecia que era o paladino da honestidade, vejo aí o maior caloteiro do País tornando-se Ministro da Previdência! Lamento e espero, como todos os brasileiros que leram esta notícia esperam que hoje, à noite, o Governo Lula não ouça só as palavras do Severino, mas ouça o clamor da população, porque não pode um marginal ser Ministro da Previdência e dizer que vai resolver o nosso problema!

Com aparte, inicialmente o Deputado Neivo e logo a seguir, Deputada Elza Correia.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Valdir Rossoni, quando acordei hoje pela manhã, li essa matéria e tive a mesma sensação que V. Exa. está retratando na tribuna. Não há outra medida senão demitir o Ministro sumariamente. Não há outra saída para o Presidente, demitir também. Quem não viu a ficha corrida desse cidadão? Como é que se pode levar a Ministro de Estado alguém que o Presidente da República não sabe quantos processos tem, se tem dívida com banco público, com banco privado, sua vida pregressa! É o mínimo que o Presidente da República deve ter para nomear um cidadão!

Sinceramente, V. Exa. disse bem: não há outra saída. Certamente, o Presidente vai demitir esse Ministro imediatamente.

E quero nesse aparte cumprimentar V. Exa. por levantar esse assunto e também estender os meus cumprimentos ao grandioso jornal Folha de São Paulo, que sempre vem com uma notícia firme, forte, bem fundamentada como o caso dessa que está hoje, no jornal.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento; a Bancada do PMDB faz coro, temos que banir da vida pública todos os corruptos que nos envergonham, que envergonham a nossa classe de políticos, independente de Partido.

Tivemos casos como o Waldomiro e outros tantos da nossa vida pública que fazem com que os políticos todos se envergonhem de um punhado de pessoas que usam a política para fazer corrupção, para fazer toma lá da cá, troca de favores e balcão de negócios.

Portanto, esse Jucá ex-Líder do Governo FHC, exatamente do Partido de V. Exa. anteriormente, não poderia ter sido aceito no nosso Partido. Eu, como peemedebista, manifesto, em nome dos meus companheiros, a nossa insatisfação em relação a essa questão e fazemos coro a V. Exa. quando diz que não é possível termos em cargos dessa natureza, pessoas com uma ficha tão imoral como colocada na Folha de São Paulo. Há que se restabelecer a verdade, e se for, não deve permanecer como Ministro do Brasil!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir, Sr. Presidente, graças a Deus que esse cidadão já saiu do PSDB, senão seria convidado, porque essa ficha poderia ser feita no Ahú.

O que mais me preocupa, Deputada Elza, eu nunca desconfiei da seriedade do Presidente Lula. O que me preocupa um pouquinho, ou bastante, é que do seu lado, todos os problemas que acontecem de corrupção neste País, chegam perto do Zé Dirceu!

Não venham me dizer que o Zé Dirceu não sabia da ficha do Jucá, senão não vou conseguir dormir a segunda noite. Já perdi esta; não dormirei na próxima.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do Governo, Deputado Dobrandino.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria dizer que também me envergonho, Deputado Rossoni, com o cargo da importância que é o Ministério da Previdência Social, ser ocupado por uma pessoa com uma ficha negra, como a que estão trazendo agora através do Estado de São Paulo.

Eu diria ao nobre Deputado Valdir Rossoni, que imagino que nem o presidente da República conhece, porque se ele conhecesse, talvez não colocaria essa pessoa. E V. Exas. talvez não conheçam, porque ele chegou a ser Líder do PSDB no Senado. Essa pessoa é tão preparada e tão artista, que chega a usar cargos importantes, como o de Líder do Governo e agora o de Ministro, tendo uma ficha corrida tão negra e indesejável.

Vamos procurar que ele seja expurgado do PMDB, porque não podemos concordar com uma pessoa desse quilate. Acho que o governo talvez reveja essa indicação.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Obrigado, pelo aparte, Dobrandino.

Não foi possível falar no horário do Deputado Valdir Rossoni, mas enquanto ele falava, eu pensava cá com meus botões, não com os seus: veja, o passado sempre condena. O Deputado Valdir Rossoni tem razão em uma coisa: o Presidente Lula tem que tomar um pouco mais de cuidado. É claro que na parceria do PMDB com o PT nacional, o Lula deixou para que o PMDB, fizesse a indicação. Porém, precisa, sim, verificar a ficha corrida de certos Parlamentares e personalidades políticas. Repito: o passado condena, Deputado Pedro Ivo.

Romero Jucá veio do PSDB, ganhou a confiança do PMDB e, portanto, transitou livremente até chegar ao Ministério. Quem teve um passado como esse não poderia ter sido aceito no PMDB e muito menos vir a se tornar Ministro do nosso País.

Causa-me estranheza, porque enquanto do PSDB nunca foi criticado nesta Casa, principalmente, pelo ex-Líder do Jaime Lerner, Valdir Rossoni. Vamos fazer as críticas, mas vamos tomar cuidado. “Quem tem telhado de vidro não atira pedra”.

Os companheiros do PSDB não tem moral para chamar a atenção do Presidente Lula e do PT! E mais, o Presidente Lula não tem medo ou não ficou com medo das palavras do Presidente da Câmara, Deputado Severino. Apenas não é balizado por Presidente da Câmara Federal, não é balizado por Deputados e age conforme o seu compromisso com o povo brasileiro.

A escolha do Deputado Paulo Bernardo muito nos orgulha, independente de cor partidária, porque o tem

uma trajetória política exemplar e tenho certeza, vai contribuir muito com o nosso País, principalmente na área do planejamento.

A reforma tão esperada por muitos, que às vezes é para conseguir um cargo no Governo Federal, foi abortada. Com certeza teve, sim, repercussão pelas palavras impróprias ditas desta tribuna - eu não estava aqui, mas fiquei sabendo pelos jornais -, que o Presidente Severino foi infeliz, como diz na gíria, ao tentar colocar uma faca no pescoço do Presidente. Ou ele não queria que fosse designado como Ministro o seu amigo, que aqui ele fez a defesa? Ou como dizia o saudoso Eusébio Rocha, "é muita burrice para ser só burrice."

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Dobrandino, permite-me um aparte?

(Assentimento)

O Deputado Stica procura justificar o injustificável. Ele vem falar aqui que quem não tem moral não pode falar. Quero dizer a V. Exa. Deputado Stica, olhando nos seus olhos, que espero que V. Exa. não tenha dito essa questão de moral para minha pessoa. Espero, porque tenho grande consideração e respeito por V. Exa!

Então, agradeço, já que não é minha pessoa. Mas, na verdade, é uma constatação. Esse homem está passando imune pela vida pública e passou pelo PSDB e vira Ministro e daqui a pouco vira Presidente da República, porque o homem consegue tramitar nos caminhos da obscuridade e não mostrar a sua ficha!

Então, tenho essa preocupação. Por isso, ilustre Deputado Stica, agradeço por V. Exa. não ter feito esses comentários quanto à minha idoneidade, porque acredito que V. Exa. não tem dúvidas sobre a minha honestidade.

Agora, nós que estamos aqui, temos que respeitar, sim, a todos os políticos! Nós temos que exigir respeito, mas só há uma forma de exigir respeito: é falar no momento oportuno, quando nós vemos um absurdo como esse. Esse homem transitando pelo PSDB, um Partido de respeito nacional, e agora no PMDB, também um Partido de respeito nacional, de repente indicado a Ministro. Não estou falando dos Partidos; estou falando da pessoa.

Sinceramente, esse homem, tenho certeza, que ao ouvir o Jornal Nacional hoje à noite, vai ser demitido.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 50 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Rafael Greca, constante do expediente, encaminhando resposta à coluna "Nostalgia", da Gazeta do Povo de domingo, 20 de março, a respeito da respectiva matéria. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná entre 2h e 9h. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL À EMENDA Nº 02 E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 209/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 209/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná, entre 2h e 9h.

O projeto recebeu duas emendas de Plenário, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que visam excluir da proibição os estabelecimentos comerciais que possuam alvarás específicos para a venda de bebidas alcoólicas e que se utilizam de som mecânico ou ao vivo.

Fundamentação

As emendas não possuem qualquer óbice de natureza legal ou constitucional.

Todavia, a Emenda nº 01 está contida na íntegra na Emenda nº 02, motivo pelo qual acatamos com parecer favorável somente a Emenda nº 02.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à sua regular tramitação da Emenda de Plenário nº 02.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa)DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Ratinho Júnior, Reni Pereira, André Vargas, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock e Ailton Araújo.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 504, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 209/2004.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a ALAP - Academia de Letras e Artes de Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 370/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Academia de Letras e Artes de Pato Branco - ALAP, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.03.2005.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 395/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Irmandade Os D' Farra, com sede e foro na cidade de Pranchita. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 395/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Esportiva Irmandade Os D' Farra, com sede no

Município de Pranchita e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.03.2005.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná o Dia do Cabelleiro, a ser comemorado todo dia 31 de maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui no âmbito do Estado do Paraná, o o Dia da Recepcionista, a ser celebrado anualmente no dia 26 de junho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 018/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2005

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa da nobre Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar 83/1998 - Região Metropolitana de Maringá.

Com efeito, dispõe a Constituição Estadual;

Capítulo III

Das Regiões Metropolitanas
Agglomerações Urbanas e Microrregiões

Art. 21 O Estado instituirá, mediante lei complementar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções, públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Nenhuma irregularidade relacionada com as matérias que, regimentalmente, devem ser apreciadas pela presente Comissão está presente na proposição, razão pela qual o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da proposição, viabilizando-se assim sua tramitação.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 488 e 489, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 490 a 496, 500 e 501, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 497 a 499, de autoria do Deputado Barbosa Neto constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 502 e 503, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 505, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 506, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 509, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, com apoio do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 508, 510, 512, 523 e 526 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 514 e 527, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 512 a 517, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 519, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 520, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 521, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 522, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 524 e 525, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para convidar os Deputados componentes da CPI do Porto de Paranaguá, que nós teremos uma reunião logo após esta Sessão.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para comunicar e justificar a ausência do Deputado André Vargas, que se encontra em Brasília.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados membros da Comissão de Fiscalização e Controle de Municípios, comunico que amanhã, às 11 horas, teremos uma audiência pública a ser realizada na Sala das Comissões onde iniciaremos o trabalho de 2005/2006.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Requerimento n° 475, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acabamos de votar o requerimento do Deputado José Domingos Scarpellini em relação ao PT de Ponta Grossa?

(Assentimento)

Só para justificar que o PT votou favorável porque não tem nada a temer e porque Ponta Grossa está com as contas todas no TRE da maneira como foi feita.

E, aproveitando o ensejo, dizer que o PT sai de mais uma campanha com dívida, como é normal, diferente seria se saísse, agora que tem o Presidente Lula, sem nenhuma dívida. Portanto continuamos do mesmo estilo nosso: devendo, mas pagando.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 018/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 600/2003, 239/2004, 065 e 110/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 09h30, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Cida Borghetti, Dobrandino da Silva e José Maria Ferreira. O Sr. Presidente informa que o objetivo desta Audiência Pública é discutir o Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo, que trata da criação do Fundo de Saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná. Sabemos que existem muitas controvérsias em relação a este projeto e esta Comissão, reunida na semana passada, e, por sugestão do Deputado José Maria Ferreira, entendeu que deveria ser realizada uma audiência pública para ouvir as pessoas e entidades envolvidas na criação do Fundo de Saúde. Portanto, estamos aqui reunidos com os Deputados que compõem esta Comissão, e ainda, os nossos convidados para esta reunião: Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador-Geral do Estado; Dr. Eloy Mezzadri, representante da Casa Civil; César Abicalafe, Diretor da Assistência à Saúde, representante da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência; Cel. QOPM David Antonio Pancotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná; Cel. Elizeo Ferras Furquim, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI; Cel. PMPR Abelmídio de Sá Ribas, Presidente da Associação da Vila Militar - AVM; e, Dr. Ciro Helio Kessel, Diretor de Saúde do Hospital da Polícia Militar do Estado do Paraná. Todos os convidados fizeram suas colocações, posteriormente os Deputados fizeram seus questionamentos, tudo tendo transcorrido conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva e Pedro Ivo Ilkiv. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 448/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM SUBSTITUTIVO GERAL. 03) Projeto de Lei nº 454/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 457/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 458/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Ademar Traiano, Cida Borghetti. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 438/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/2004. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 676/2004, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1400/2003. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1401/2003. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2004. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 459/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/2004. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO.

06) Projeto de Lei nº 473/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 476/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Cida Borghetti, José Maria Ferreira e Pedro Ivo Ilkiv. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 290/2004, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 868/2004. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Pedro Ivo Ilkiv e José Maria Ferreira. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/2004. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDAS. 02) Projeto de Lei nº 490/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 39/2004. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 406/2004, de autoria do Tribunal de Contas. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2004. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM EMENDA

SUBSTITUTIVA GERAL. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Comissão do MERCOSUL

COMISSÃO DO MERCOSUL
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na cidade de Córdoba, Argentina, a Comissão do MERCOSUL da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representada pelos Srs. Deputados Fernando Ribas Carli, José Maria Ferreira e Hermes Fonseca, com o objetivo de participar do III Fórum do Corredor Bioceânico Central. A presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rodrigo Barbosa e Silva, Secretário desta Comissão.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na cidade de Guarapuava, Paraná, a Comissão do MERCOSUL da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães e Artagão Júnior, com objetivo de participar da cerimônia de assinatura do convênio entre a Universidade Estadual do Centro-Oeste, La Escuela de Posgrado Ciudad Argentina e La Universidad Del Salvador de Argentina. A presente reunião transcorreu conforme o programa anexo e contou com a presença dos Srs. Miguel Di Salvo, Graciela de Leo e Gustavo Vignali, dos Deputados German Lopez e Elena Gamarra e da Dra. Liliana Bertoni, representantes da Argentina. Também participaram do evento os Deputados Celestino Secco, Belarmino Lins e Risonildo de Almeida, representantes do Brasil. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rodrigo Barbosa e Silva, Secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Rodrigo Barbosa e Silva - Secretário

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes Deputados: Ratinho Júnior, Francisco Bühler e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 95/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes Deputados: Ratinho Júnior, Francisco Bühler e Miltinho Puppio. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do dia: 1) Projeto de Lei nº 204/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Maria Angélica Bellani, secretária desta Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Maria Angélica Bellani - Secretária

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se

após a Sessão Plenária, conforme a convocação do Sr. 1º Vice-Presidente da Casa, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, os membros indicados pelas Lideranças Partidárias para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo seu membro mais idoso, Deputado Ailton Araújo. Verificada a existência do quórum legal, foi constatada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Barbosa Neto, Ailton Araújo, Ratinho Júnior, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Reni Pereira, Luiz Carlos Martins e Ademar Traiano. Pelos membros presentes foi indicado o nome do Deputado Durval Amaral e do Deputado Ratinho Júnior para a Presidência e Vice-Presidente desta Comissão respectivamente. Determinou então, o Sr. Presidente e confecção das cédulas contendo o nome dos indicados e deu início ao processo de votação. Encerrada a votação, o Presidente designou os Deputados José Domingos Scarpellini, e Luiz Accorsi para abertura da urna e contagem dos votos. Verificou-se a existência de oito cédulas na urna, todas assinaladas na expressão SIM. Declarou o Sr. Presidente neste momento, eleitos por unanimidade, dos oito Deputados votantes, os Deputados Durval Amaral para Presidente e o Deputado Ratinho Júnior para Vice-Presidente desta Comissão, declarando os mesmos empossados nos respectivos cargos. Esta reunião contou ainda, com a presença dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, José Domingos Scarpellini e Luiz Accorsi. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, convocando outra reunião para o dia quinze deste mês, determinando que a presente Ata fosse lavrada após lida e aprovada, sendo assinada pelo Presidente Ailton Araújo, pelos Deputados presentes e pelo Deputado Ademar Traiano, secretário adhoc desta Sessão.

(aa) AILTON ARAÚJO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Nelson Justus e Ratinho Júnior. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 01/2005 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 02/2005 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 65/2005 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVO-

RÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 362/2004 de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 370/2004 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 389/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 395/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 401/2004 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 424/2004 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 462/2004 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 475/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 483/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 488/2004 de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 492/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 015/2005 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Augustinho Zucchi, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo

Deputado Ratinho Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto Parcial nº 05/2005 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 676/2003 de autoria do Tribunal de Justiça. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - CONCEDIDA pelo Presidente; 02) Proposição Veto nº 07/2005 de autoria do Poder Executivo - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 351/2004 de autoria do Poder executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 332/2004 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - REJEITADO. O Presidente designou o Deputado Nelson Justus como novo relator da matéria. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Nelson Justus e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 03/2005, de autoria do Deputado José Scarpellini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, sugerindo a transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 11/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, na forma da emenda anexa - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Elton Welter; 03) Projeto de Lei nº 31/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Deputado Delegado Bradock solicita vistas - Concedida pelo Presidente - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 44/2005, de autoria dos Deputados Cida Borghetti, Duílio Genari e Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 47/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 61/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 70/2004, de autoria do

Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira, sugerindo a transformação em Indicação Legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 73/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. O Deputado Reni Pereira requer diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes e o Deputado Delegado Bradock solicita vistas - Deferida e Concedida pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 105/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei Complementar nº 485/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, na forma da subemenda anexa, lido e assinado pelo Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 12/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 58/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 14) Projeto de Lei Complementar nº 62/2005, de autoria do Deputado André Vargas. Os Deputados Delegado Bradock, Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Reni Pereira, solicitam vistas. Concedida pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 72/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 098/2003. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária